



CONVÊNIO nº 2016TR001229
PROCESSO nº SDR15 3801/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 2016TR001229 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU E O MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES. PROCESSO N.º SDR15 3801/2016.

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, através da **Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau**, inscrita no CNPJ nº 05.656.080/0001.51, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu Secretário Executivo, **Sr. Cassio Murilo Chatagnier de Quadros**, e o **MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**, inscrita no CNPJ nº 83.102.319/0001-55, doravante denominado **CONVENENTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Viland Bork**, inscrito no CPF/MF sob o nº 479.634.509-44, portador da Carteira de Identidade nº 1.487.818, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Estrada Geral do Ribeirão do Máximo, 4015, Bairro Ribeirão do Máximo, cidade de Luiz Alves, resolvem celebrar o presente **Convênio nº 2016TR001229**, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas suas alterações posteriores, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto nº 127, de 30 de março de 2011 e na Instrução Normativa IN TC – 14, de 22 de junho de 2012, visando à transferência de recursos financeiros, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO E DA FINALIDADE

Cláusula Primeira – Este Convênio visa à transferência de recursos financeiros para construção de 07 (sete) pólos de academia ao ar livre na Rua Prefeito Wilibaldo Van Den Bylaardt (Serafim) 01 e 02, Estrada Geral Canoas, Estrada Geral Máximo, Estrada Geral Rio do Peixe, Rodovia SC-414 (Vila Nova) e Rua Vereador Crisóstomo Gesser (Vila do Salto), no município de Luiz Alves, conforme Proposta de Trabalho apresentada e aprovada pelo **Concedente**, doravante denominada de Plano de Trabalho (Anexo I), a qual integra este Termo de Convênio independente de sua transcrição.

DOS RECURSOS

Cláusula Segunda – Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de **RS 145.181,12** (cento e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e doze centavos), sendo **RS 100.000,00** (cem mil reais) concedidos pelo **CONCEDENTE**, e **RS 45.181,12** (quarenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e doze centavos) destinados pelo **CONVENENTE** a título de **contrapartida financeira**, conforme Plano de Trabalho.

Cláusula Terceira – Os recursos serão destinados pelo **CONCEDENTE** na seguinte classificação orçamentária: órgão: 840001, unidade orçamentária: 41094, unidade gestora: 840001, programa orçamentário: 0650, subação: 11130, categoria econômica: 4, modalidade de aplicação: 40, elemento de despesa: 42, subelemento de despesa: 02.

Parágrafo único. Pré - Empenho nº 2016PE000139 foi realizado em 14/06/2016.

Cláusula Quarta – Programa Transferência e empenhamento da despesa:

Programa Transferência	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa	Nota de Empenho		
			Número	Data	Valores em R\$
2016005820	161	44.40.42.02	2016NE000341	15/06/2016	R\$ 100.000,00



I – Cronograma conforme empenhamento e Nota Descentralização de Crédito (2016DC000957).

Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016
R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00

DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Cláusula Quinta - O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. providenciar a publicação do Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado como condição de validade e eficácia;
- II. transferir os recursos financeiros para a execução do Convênio, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho/ Nota Descentralização de Crédito (2016DC000957);
- III. acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio por meio de contato telefônico, solicitação de fotos e visitas, registrando todas as ações no Módulo de Transferências do SIGEF;
- IV. analisar as prestações de contas parciais no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, e prestação de contas final no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.
- V. realizar visitas *in loco* para verificar se a finalidade pactuada foi atingida, e adotar demais providências administrativas no caso do convenente não enviar as respostas ao questionário (Anexo II);
- VI. avaliar e conferir a veracidade das respostas fornecidas pelo convenente no questionário (Anexo II);
- VII. comunicar à Diretoria de Auditoria Geral quando não forem respondidos os questionários pelo convenente e/ou os casos de não atendimento da finalidade pactuada;
- VIII. comunicar ao convenente e ao anuente quando constatada irregularidades de ordem técnica ou legal e suspender a transferência de recursos até a regularização;
- IX. prestar orientação técnica ao convenente; e
- X. outras obrigações decorrentes do Decreto nº 127/11.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

Cláusula Sexta - O CONVENENTE se obriga a:

- I. realizar apenas as despesas previstas no Plano de Trabalho (Anexo I) e durante o período de vigência do Convênio;
- II. utilizar os recursos nas finalidades pactuadas;
- III. regularizar o processo de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil mediante apresentação de:
 - a. cópia do Convênio firmado pelas partes;
 - b. documentos constantes na “Relação de documentos cadastrais para abertura de conta corrente” publicada no Portal SCDtransferências;



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Blumenau

- c. autorização de aplicação dos recursos financeiros em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou, operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal; e
 - d. autorização de fornecimento de extratos e transmissão de arquivos, ao Governo do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, contendo informações sobre a movimentação financeira da conta corrente para fins de fiscalização, análise dos dados e disponibilização das informações no Portal SCtransferências.
- IV. depositar e movimentar todos os recursos destinados ao Convênio em conta bancária única e específica, por meio de transferência eletrônica (TED/DOC) e de transação eletrônica de pagamento de fatura de água, energia elétrica, telefone, gás, e de guias com encargos tributários incidentes sobre obras e serviços;
- V. não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- VI. executar as despesas observando os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade, em caso de entidade privada sem fins lucrativos;
- VII. disponibilizar ao público o extrato do Convênio contendo o objeto, a finalidade, os valores, as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, em sua sede, no local da execução do objeto e em seu sítio oficial na *internet*, se houver;
- VIII. em caso de aquisição de bens permanentes, identificá-los por meio de etiquetas, adesivos ou placas, contendo o número do Convênio e menção à participação do Estado de Santa Catarina na execução do objeto conveniado;
- IX. solicitar, quando necessário, alterações por meio de aditivo ou apostilamento, no mínimo 30 (trinta) dias antes do término da vigência do instrumento, com a devida justificativa;
- X. realizar aplicação financeira dos recursos recebidos, enquanto não empregados na sua finalidade, conforme previsto na Cláusula Décima Segunda;
- XI. prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelo Decreto nº 127/2011;
- XII. enviar as respostas do questionário de avaliação do cumprimento da finalidade do Convênio (Anexo II) no prazo de apresentação da prestação de contas final;
- XIII. manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, identificada com o número do Convênio, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data da decisão definitiva do Tribunal de Contas do Estado nos processos de prestação ou tomada de contas do ordenador de despesa do concedente, relativa ao exercício da concessão.
- XIV. incluir regularmente no Módulo de Transferências do SIGEF as informações exigidas pelo Decreto nº 127/2011;
- XV. manter atualizadas as informações do seu cadastro;
- XVI. garantir o livre acesso, a qualquer tempo, de servidores do concedente e dos órgãos de controle interno e externo quando da realização de fiscalização ou de auditoria, aos registros de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Convênio;
- XVII. arcar com quaisquer ônus de natureza, fiscal, trabalhista, previdenciária ou social decorrentes da execução deste Convênio.

DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

Cláusula Sétima – Os recursos de que trata a CLÁUSULA SEGUNDA serão transferidos à conta específica do Convênio em SEIS PARCELAS, na forma estabelecida no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, conforme abaixo:



Cronograma conforme empenhamento e Nota Descentralização de Crédito (2016DC000957).

Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016
R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00

Cláusula Oitava – É vedado à concedente repassar recursos fora do prazo de vigência, bem como nas hipóteses de rescisão ou extinção do Convênio.

Cláusula Nona - A liberação da parcela do Convênio será suspensa em caso de descumprimento pelo convenente de qualquer cláusula do Convênio e especialmente quando constatado(a):

- a) irregularidade na aplicação dos recursos;
- b) atrasos injustificados no cumprimento das etapas programadas;
- c) desvio de finalidade e do objeto do Convênio;
- d) ausência de informação dos pagamentos relativos à execução do Convênio, conforme o Art. 56 do Decreto nº 127/11;
- e) qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da legislação aplicável à matéria.

DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Cláusula Décima - Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados em Fundo de Aplicação de Curto Prazo ou operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal, com rentabilidade diária, aplicação e resgate automático.

Parágrafo primeiro – As aplicações deverão ser direcionadas para os Fundos de Investimento classificados com Grau de Risco “Muito Baixo”.

Parágrafo segundo - Os rendimentos da aplicação financeira deverão ser devolvidos ou aplicados no objeto deste Convênio e estão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

DAS VEDAÇÕES

Cláusula Décima Primeira - O Convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avançadas e às normas pertinentes, sendo vedado ao convenente:

- I. alterar o objeto do Convênio;
- II. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- III. o pagamento de gratificação, serviços de consultoria, de assistência técnica e congêneres, a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal do concedente, do convenente e do anuente;
- IV. utilizar os recursos em desacordo com o previsto no plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência;
- V. realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência do Convênio;



- VI. o pagamento a fornecedor em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizado pelo concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento;
- VII. realizar despesas com tarifas bancárias, multas, juros, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- VIII. movimentar a conta corrente por meio de cheques, utilizar o cartão magnético nas funções crédito ou débito, e efetuar saques;
- IX. realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- X. o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionista do conveniente ou do interveniente com os recursos do Convênio, quando o conveniente for ente da federação;

Parágrafo único - Não constitui alteração do objeto a ampliação ou redução dos quantitativos previstos no Plano de Trabalho, desde que não prejudique a funcionalidade do objeto e seja autorizado pela concedente.

DOS BENS REMANESCENTES

Cláusula Décima Segunda – Extinto o Convênio pela sua execução, os bens remanescentes descritos na cláusula primeira e plano de trabalho pertencerá ao conveniente.

Parágrafo primeiro – Nas hipóteses de rescisão, extinção, ou de qualquer forma de suspensão das atividades do conveniente, o bem remanescente deverá ser imediatamente restituído à concedente.

Parágrafo segundo – O conveniente obriga-se a informar em sua prestação de contas o endereço onde o bem deverá ser encontrado para verificação e fiscalização pelo concedente e pelos órgãos de controle interno e externo.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula Décima Terceira – O Convênio fica obrigado a informar no Módulo de Transferências do SIGEF as despesas realizadas, na forma do art. 56 do Decreto nº 127/11, e apresentar a prestação de contas na forma dos artigos 63 a 64 do Decreto nº 127/11.

Parágrafo único – Fica vedado ao conveniente não pertencente à administração pública registrar no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) as despesas com folha de pagamento contendo identificação dos empregados (indicação de nome ou CPF); o cadastro dessas despesas poderá conter o valor global pago a título de despesas com folha de pagamento, ou ainda, os valores pagos a cada empregado sem indicação de nome ou CPF, sendo de sua exclusiva responsabilidade eventual dano causado pela violação da intimidade e da vida privada de seus empregados, caso as informações inseridas no SIGEF sejam disponibilizadas ao público em geral.

Cláusula Décima Quarta – O conveniente fica obrigado a apresentar a prestação de contas final, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do Convênio, conforme artigo 65 do Decreto nº 127/11.

Parágrafo único – O conveniente deverá enviar as respostas do questionário de avaliação do cumprimento da finalidade do Convênio (Anexo II) no prazo de apresentação da prestação de contas final.



DA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS

Cláusula Décima Quinta - A concedente deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio de forma a verificar a regularidade dos atos praticados e a execução do objeto, conforme o Plano de Trabalho.

Parágrafo primeiro – A concedente e irá acompanhar por meio de vistorias a execução física do objeto do convênio.

Parágrafo segundo - Quando o Convênio envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em valores superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a concedente deverá obrigatoriamente realizar fiscalização *in loco* a fim de aferir a regularidade na execução do objeto pactuado.

Cláusula Décima Sexta – O conveniente deverá registrar no SIGEF o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Os recursos liberados por meio deste Convênio estarão sujeitos a procedimentos de fiscalização *in loco* por parte da concedente, pela Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DAS ALTERAÇÕES

Cláusula Décima Oitava – Este Convênio poderá sofrer alterações por meio de termo aditivo ou, nas hipóteses previstas no art. 43 do Decreto nº 127/11, por apostilamento.

Parágrafo único – As alterações deverão ser propostas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que anteceder o término da vigência do Convênio.

Cláusula Décima Nona - As alterações de valor estão sujeitas aos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como à autorização pela Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC.

DA ASSUNÇÃO DO OBJETO PELO CONCEDENTE

Cláusula Vigésima – Ocorrendo a paralisação da execução do objeto ou outro fato relevante a critério da concedente, este poderá assumir ou transferir a responsabilidade por sua execução, de modo a evitar sua descontinuidade, sem prejuízo das penalidades a serem imputadas ao conveniente pelo descumprimento parcial ou total deste Convênio.

DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS E DA PENALIDADE

Cláusula Vigésima Primeira – Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras, não aplicados no objeto pactuado, deverão ser devolvidos pelo conveniente, devendo a restituição ser comprovada na prestação de contas final.

Parágrafo único - A devolução dos valores será realizada observando-se a proporcionalidade entre os recursos transferidos, independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

Cláusula Vigésima Segunda - O conveniente deverá restituir a concedente, atualizado monetariamente desde a data do recebimento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data do inadimplemento.



- I. o valor integral dos recursos transferidos, quando:
 - a) não executado o objeto conveniado;
 - b) não atingida sua finalidade; ou
 - c) não apresentada a prestação de contas;

- II. o recurso, quando:
 - a) utilizado em desacordo com o previsto no convênio;
 - b) apurada e constatada irregularidade; ou
 - c) não comprovada sua regular aplicação.

Cláusula Vigésima Terceira - Os valores deverão ser devolvidos à conta nº 950003-0, agência nº 3582-3 do Banco do Brasil.

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Cláusula Vigésima Quarta – A omissão no dever de prestar contas sujeita o conveniente ao procedimento de Tomada de Contas Especial para ressarcimento dos valores repassados e julgamento pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

Cláusula Vigésima Quinta – Irregularidade na prestação de contas que importe dano ao erário sujeita o conveniente a procedimento administrativo próprio para ressarcimento dos valores repassados e a julgamento pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis.

DA DENÚNCIA

Cláusula Vigésima Sexta – O presente Convênio poderá ser denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, por qualquer dos partícipes, o que implicará em sua extinção antecipada, não os eximindo das responsabilidades e das obrigações originadas no período de vigência deste Convênio.

DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

Cláusula Vigésima Sétima – A rescisão deste Convênio ocorrerá quando constatado, a qualquer tempo:

- I - o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas;
- II - falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- III - circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma da legislação vigente.

Cláusula Vigésima Oitava – Quando da extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

Consuloria Jurídica
CDA-Blumenau



DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Vigésima Nona – Este Convênio, bem como seus eventuais Termos Aditivos serão publicados em extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Trigésima - Este Convênio terá início de vigência a partir da data de sua assinatura e término em 30 de novembro de 2016.

DA CONTRAPARTIDA

Cláusula Trigésima Primeira – O conveniente compromete-se a aportar na conta bancária única e específica do Convênio a quantia de R\$ 45.181,12 (quarenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e doze centavos), a título de contrapartida financeira, nos prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

Parágrafo único – A modalidade da contrapartida não poderá ser alterada após a celebração do Convênio.

DO FORO

Cláusula Trigésima Segunda - As questões decorrentes da execução deste Convênio, não dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Blumenau – Santa Catarina.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus efeitos legais.

Blumenau, 15 de junho de 2016.

.....
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BLUMENAU
Sr. Cassio Murilo Chatagnier de Quadros – Secretário Executivo

.....
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
Sr. Viland Bork

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome: Ronaldo Tiedt

Identificação: 3273042-2

Assinatura: _____

Nome: Pablo Ruan Bork

Identificação: 5079365-9



Ano Base: 2016

Proponente 83.102.319/0001-55 MUNICIPIO DE LUIZ ALVES
Transferência 2016TR001229
Programa Transferência 2016005820 CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE - LUIS ALVES
Unidade Gestora 840001 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau
Gestão 00001 Gestão Geral
Instrumento Transferência Convênio
Agência Banco do Brasil 05391-0
Data Início Execução 18/05/2016 **Data Término Execução** 30/11/2016
Data Início Evento **Data Término Evento**
Situação Em Empenho
Data Situação 15/06/2016

Descrição

Título CONSTRUÇÃO POLOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE
Objeto CONSTRUÇÃO DE 07 POLOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE NA RUA PREFEITO WILIBALDO VAN DEN BYLAARDT (SERAFIM) 01, RUA PREFEITO WILIBALDO VAN DEN BYLAARDT (SERAFIM) 02; ESTRADA GERAL CANOAS; ESTRADA GERAL MÁXIMO; ESTRADA GERAL RIO DO PEIXE; RODOVIA SC-414(VILA NOVA) E RUA VEREADOR CRISÓSTOMO GESSER(VILA DO SALTO).
Finalidade PRESTAR APOIO A AÇÕES QUE VISAM O DESENVOLVIMENTO E O INCENTIVO AO ESPORTE NO ESTADO
Justificativa MELHORAR A CONDIÇÃO FÍSICA DA POPULAÇÃO E INCENTIVAR A PRÁTICA DE ESPORTE, COM OBJETIVO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS.
Público Alvo MORADORES DOS BAIRROS
Capacidade Técnica O MUNICÍPIO POSSUE ATRÁVES DA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Local/Região Execução BAIRROS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Intervenientes

CNPJ
Nome
Natureza Jurídica
Telefone
E-mail
CPF Responsável
Nome Responsável
Obrigações

Recursos

Valor Global (R\$) 145.181,12
Contrapartida (%) 31,12
Valor Repasse (R\$) 100.000,00
Valor Contrapartida (R\$) 45.181,12
Valor Contrapartida Financeira (R\$) 45.181,12
Valor Contrapartida Bens e Serviços (R\$) 0,00

[Handwritten Signature]
Consultoria Jurídica
CEJ-Blumenau



Ano Base: 2016

Demais Recursos

CNPJ
 Nome Parceiro
 Recurso
 Valor (R\$)
 Materiais/Bens/Serviços
 Aplicação do Recurso

Total Demais Recursos (R\$)

Etapas/Tarefas

Descrição	Data Início	Data Fim
CONSTRUÇÃO DE 07 POLOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE	18/05/2016	30/11/2016
CONSTRUÇÃO DE 07 POLOS DA ACADEMIA AO AR LIVRE		

Despesas

Material/Serviço/Obra	Recurso	Unidade Medida	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE 07 POLOS DA ACADEMIA AO AR LIVRE	Financeiro	UNIDADE	1,00	145.181,12	145.181,12

Recurso	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Total Financeiro (R\$)	0,00	145.181,12	145.181,12
Total Contrapartida Bens/Serviços (R\$)	0,00	0,00	0,00
Total (R\$)	0,00	145.181,12	145.181,12

Beneficiados

CPF
 Nome
 Endereço
 Município
 UF
 Telefone

[Handwritten Signature]
 Conselheiro Jurídico
 255-911menau



Ano Base: 2016

Manifestação Proponente

Na qualidade de representante legal do proponente, peço deferimento ao que ora é solicitado para desenvolver este Plano de Trabalho.

Leiz Alves, 16 de junho de 2016

Local e Data

Vilwald Bork

Nome

[Handwritten Signature]

Assinatura

Manifestação do Concedente

Deferido

Local e Data

Indeferido

Local e Data

Cassio Murilo C. de Quadros
Secretário Regional
SDR-DRU Matr. nº 956.209-5-02

[Handwritten Signature]

Assinatura

Assinatura

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

Cassio Murilo C. de Quadros
2016-Blumenau

[Handwritten Signature]